

Samey: Questão fechada explode PDS

Senador acha que medida radicaliza o debate e deve ser evitada

O presidente do PDS, senador José Sarney, fez ontem a mais categórica condenação ao pedido de fechamento de questão, no encontro de manhã no Diretório Nacional, pela rejeição da emenda Dante de Oliveira, que restabelece a eleição direta, já, do presidente da República, considerando-a um instrumento dispensável e capaz de traumatizar o organismo partidário.

"Esta é uma medida danosa à unidade partidária. Nossa posição, como é notório, é favorável ao cumprimento dos resultados da eleição de 15 de novembro de 1982, que conferiu maioria ao nosso partido no Colégio Eleitoral, que vai escolher o futuro presidente da República", afirmou o presidente do PDS, lamentando que alguns dos seus correligionários se mostrem sensíveis ao fechamento de questão.

Sarney lembrou que, na qualidade de presidente do PDS, cabe-lhe lutar pela manutenção da unidade partidária. Disse que o fechamento de questão é medida extrema a que só se deve recorrer quando estão em jogo altos interesses nacionais, como foi o caso do Decreto-lei 2.065, por cuja aprovação o partido fechou questão para evitar a insolvência do País.

Sarney advertiu que um documento assinado pela maioria dos integrantes do Diretório Nacional (de 121 membros) não será suficiente, como deseja o deputado pernambucano Nilson Gibson, vice-líder do governo na Câmara, para obter do Diretório Nacional o fechamento de questão. O problema terá que ser submetido à deliberação dos presentes, por maioria absoluta de votos.

Para evitar o fracionamento partidário, a cúpula do PDS está desenvolvendo todos os esforços para evitar que seja discutida, na reunião do Diretório Nacional, o fechamento de questão contra a emenda Dante de Oliveira (PMDB-MT), que restabelece as diretas para a Presidência da República de imediato.

A preocupação desses dirigentes é que se houver o rompimento do Grupo Pró-diretas, composto por aproximadamente 30 parlamentares, o PDS perderá, naturalmente, a maioria no Colégio Eleitoral. Com isto, as Oposições, se unidas, elegerão o seu candidato.

O líder Nelson Marchezan acha que se o Presidente da República propuser as diretas já para as capitais e as presidenciais em 1988 será mais fácil unir o PDS. Pelo seu raciocínio, os parlamentares pedessistas ficariam, perante a opinião pública, em melhor posição do que os oposicionistas.

Na tarde de ontem, Marchezan chamou a seu Gabinete o deputado Nilson Gibson (PE) a fim de lhe solicitar que não o apresente na reunião do Diretório. Há, porém, outra proposta semelhante, apresentada pelo deputado Marçal Tadano MT.

O apelo de Marchezan teve conseqüências quase imediatas. Gibson, que diz ter 64 assinaturas no documento, três a mais do que a maioria do Diretório, prontificou-se não propor o fechamento, mas em defender a unidade do Partido. O ideal, a seu ver, é que os pedessistas se convençam de que devem votar contra a emenda das diretas porque isto será melhor para o PDS.

Nega Gibson, com a maior ênfase, que tenha preparado o manifesto por orientação do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que, por sua vez, estaria defendendo as posições do general Octávio Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Informações. Afirma Gibson, um malufista, que foi idéia sua e do deputado Prisco Vianna (BA).

Não há, porém, uma decisão uniforme dos malufistas, que esperam receber hoje uma determinação do ex-Governador de São Paulo. Nem todos, no entanto, estão condicionados. O deputado Amaral Netto (RJ), vice-líder do PDS, diz que defende a candidatura do deputado Paulo Maluf à Presidência da República, mas não é seu tutelado. "Votarei contra o fechamento, de acordo com a minha consciência" — afirmou.

O deputado Tarcísio Burity (PDS), ex-Governador da Paraíba, advertiu ontem que não pretende suscitar na reunião do Diretório Nacional do PDS a possibilidade de ser criado novo Partido, integrado pelos que defendem a candidatura do vice-presidente Aureliano Chaves.